

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 9.941, DE 2018

Apensados: PL nº 7.642/2017, PL nº 7.822/2017, PL nº 8.620/2017, PL nº 8.673/2017 e PL nº 10.523/2018

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Autor: SENADO FEDERAL - EDUARDO AMORIM

Relatora: Deputada TEREZA NELMA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Durante a discussão do parecer na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e do substitutivo ao Projeto de Lei 9.941, de 2018, ficou acordado diante da contribuição dos Parlamentares ali presentes, a realização do seguinte ajuste no texto do Substitutivo por mim apresentado, qual seja:

- 1) Manter um percentual mínimo de reserva de vagas estipulado em 5% (cinco por cento) para vagas não preenchidas para acesso às instituições de ensino superior.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada TEREZA NELMA
Relatora

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.941, DE 2018

Apensados: PL nº 7.642/2017; PL nº 8.620/2017, e PL nº 8.673/2017

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para determinar que 20% (vinte por cento) das vagas não preenchidas para acesso às instituições de ensino superior sejam reservadas às pessoas idosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (Lei que Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni), e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio), para determinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) até 20% (vinte por cento) das vagas não preenchidas para acesso às instituições de ensino superior sejam reservadas às pessoas idosas.

Art. 2º O § 2º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º.....

.....

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei, reservando-se, no mínimo, 5% (cinco por cento) até 20% (vinte por cento) das vagas para as pessoas idosas. (NR)

.....

Art. 3º O parágrafo único do art. 3º da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, reservando-se, no mínimo, de 5% (cinco por cento) até 20% (vinte por cento) das vagas para as pessoas idosas. (NR)

Art. 4º O art. 6º da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvidas a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada TEREZA NELMA
Relatora